

INTRODUÇÃO

Muitas vezes escuto que fazeis referências ao homem como se não fosse um de vós, como um estranho e um intruso em vosso mundo... Mas eu vos digo que, de igual forma, nem uma só folha se torna amarela sem o conhecimento silencioso da árvore, tampouco o malvado pode fazer o mal sem a oculta vontade de vós todos.

Jalil Gibrán, citado por Luis Rojas Marcos em «Los estragos del acoso escolar», jornal *El País*, Espanha, 2 de abril de 2005, p. 17.

Ainda que a pós-moderna necessidade de chamar as coisas por nomes pseudocientíficos nos tenha munido do conceito de «bullying», a violência no âmbito escolar é um fato tão velho como a própria instituição educacional.

E isso é assim porque a violência, para a escola, é um produto de importação. Chega da mesma sociedade que a gera, e que, hoje, é incapaz de contê-la. Este é o dado historicamente novo.

11

Enquanto as instituições sociais, entre elas a escola, souberam e puderam controlar as tensões que se registravam e se registram em seu interior, a violência escolar não obteve categoria de problema social, mas, pelo contrário, foi considerada como um elemento funcional para o que hoje conhecemos como a formação integral da pessoa (compare-se isso com o papel que, no imaginário social, representa/representava a formação militar obrigatória dos cidadãos na saída da adolescência).

A questão da violência entre os jovens – que são afetados por ela cada vez mais novos – não parece ser um fenômeno exclusivo dos países com determinados níveis de desenvolvimento, como tampouco dos setores sociais com um perfil socioeconômico definido, nem de grupos étnicos, políticos ou religiosos.

Desta forma, não deveríamos nos conformar, por ser cômodo e perigoso, com as explicações dos que analisam os casos individualmente, buscando, quando muito, regularidades estatísticas que permitam des-

enhar medidas corretivas aplicáveis a certos coletivos com semelhanças psicológicas, de conduta, de história familiar e outras pelo estilo.

Encontramo-nos ante um fenômeno para o qual a sociedade não tem sabido construir novos e efetivos mecanismos de regulação que realizem a tarefa de acomodar os desbordados conceitos de autoridade, de legitimidade ética ou de coerção moral.

Como em tantas outras oportunidades e em tantos outros temas, a escola é agora a receptora de uma demanda que nem a família, nem as igrejas, nem as instituições do Estado estão dispostas ou em condições de satisfazer: formar cidadãos que canalizem a violência para fins considerados positivos.

Seja ou não legítima esta demanda, o certo é que a escola necessita dar uma resposta. E necessita porque o fenômeno já adquiriu tal magnitude que afeta diretamente o objetivo de educar. Não trata só de evitar o exercício da violência entre companheiros, entre os alunos e os docentes – em qualquer direção que se produza –, ou dos alunos contra o patrimônio escolar, trata-se de que, na educação desses alunos, a violência não ganhe carta de cidadania como método de resolução de tensões, ou, pior ainda, que a violência seja para esses estudantes a forma inicial de estabelecer qualquer relação.

Tanto os mecanismos burocráticos, punitivos ou regulamentares, como os assistenciais, têm-se mostrado ineficazes para fazer frente às conseqüências comunitárias do problema. Concretamente, conseguirão que alguns vitimários fiquem à margem do sistema educacional, certificando o fracasso deste para cumprir com seu objetivo mais importante; em outras ocasiões, convertê-los-á – tanto àqueles quanto as suas vítimas – em objetos de intervenções experimentais desenhadas a partir de um conceito salvífico das ciências do comportamento humano. No entanto, o pior é a lenta e inoperante reação da sociedade para estabelecer um consenso sobre o marco valorativo ao que devem responder suas instituições e os membros que as compõem.

Este é o difícil panorama que enfrentam os que colaboram com o «Monográfico» deste número da Revista Ibero-americana de Educação, e que pode ser resumido em três perguntas: o que quer, o que deve e o que pode fazer a escola com a violência nas salas de aula?

A quantidade de trabalhos recebidos em nossa redação denota a necessidade sentida, especialmente pelo corpo docente, de dar tratamento a este tema; e a ótima qualidade de muitos deles nos obriga a modificar os planos editoriais para publicar dois números (o presente e o 38) que dêem cabida para a maior parte dessas colaborações. As restantes, se seus autores o permitirem, serão publicadas na versão digital da Revista.

Este volume encerra suas páginas com a seção «Outros temas», na qual se inclui um interessante artigo que analisa as principais funções da educação contemporânea na perspectiva da Psicologia Social; e as resenhas de alguns dos livros e revistas publicados recentemente e remetidos à RIE.

Roberto Martínez Santiago

REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN

[REGRESAR A ÍNDICE Nº 37](#)

[REGRESAR A PÁGINA INICIAL DE LA REVISTA](#)

[CONTACTAR](#)